



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

## **MESTRADO**

**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

### **TRABALHO DE FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**O BOOM DAS COMMODITIES NO BRASIL E NO CHILE À LUZ DA  
TEORIA DO CRESCIMENTO ENDÓGENO:  
UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?**

**NUNO MIGUEL DE MATOS BISCAIA VILÃO**

**OUTUBRO - 2021**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

## **MESTRADO**

**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

### **TRABALHO DE FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**O BOOM DAS COMMODITIES NO BRASIL E NO CHILE À  
LUZ DA TEORIA DO CRESCIMENTO ENDÓGENO:  
UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?**

**NUNO MIGUEL DE MATOS BISCAIA VILÃO**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR VÍTOR MAGRIÇO**

**OUTUBRO - 2021**

## **Lista de Siglas**

AUGE – Acesso Universal a Garantias Explícitas;

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social;

CODELCO – Corporación Nacional del Cobre;

FEC – Fundo de Estabilização do Cobre;

FEES – Fundo de Estabilização Económica e Social;

FHC – Fernando Henriques Cardoso;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

I&D – Investigação e Desenvolvimento;

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;

PME – Pequenas e médias empresas;

## Resumo

De acordo com a teoria do crescimento endógeno, o crescimento económico tem origem em fatores internos às economias. Segundo os teóricos, um crescimento económico sustentado de longo prazo seria potenciado pela melhoria de certos fatores, como a inovação, o capital humano e a diversificação produtiva. Entre 2002 e 2014, a subida acentuada dos preços das *Commodities* proporcionou a países como o Brasil e o Chile um período de grande prosperidade económica – uma oportunidade para melhorar condições de crescimento. No fim do período, apesar das melhorias dos indicadores representativos da inovação e do capital humano, a diversificação produtiva viu retrocessos. A dependência nas *Commodities* aumentou e a evolução dos preços destes bens replicou-se nas taxas de crescimento. Isto evidencia que a oportunidade não foi aproveitada na ótica da teoria do crescimento endógeno e que o poder explicativo da teoria se vê questionado pela preponderância de fatores exógenos.

**Palavras-Chave:** Teoria do Crescimento Endógeno; Crescimento Económico; Commodities; América Latina; Política Económica;



## ***Abstract***

According to the endogenous growth theory, economic growth originates from factors internal to economies. According to the theorists, long-term sustained economic growth would be enhanced by the improvement of certain factors, such as innovation, human capital and productive diversification. Between 2002 and 2014, the sharp rise in Commodity prices provided countries like Brazil and Chile with a period of great economic prosperity – an opportunity to improve growth conditions. At the end of the period, despite improvements in the indicators representing innovation and human capital, productive diversification saw setbacks. Dependence on Commodities increased and the evolution of the prices of these goods was replicated in growth rates. This shows that the opportunity was not seized from the perspective of the endogenous growth theory and that the explanatory power of the theory is questioned by the preponderance of exogenous factors.

***Keywords:*** Endogenous Growth Theory; Economic Growth; Commodities; Latin America; Economic Policy;

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, deixo um grande agradecimento à minha família, pelas oportunidades proporcionadas, por todo o apoio durante o processo de elaboração do trabalho – que se mostrou fundamental – e pelo encorajamento durante os momentos mais difíceis.

Também me mostro grato aos meus amigos que, apesar das dificuldades dos tempos vividos, apoiaram a minha missão e saúde mental, e aos meus colegas de mestrado, pela amizade e troca de experiências.

Deixo também um agradecimento especial ao meu orientador, o professor Vítor Magriço, pela sua clareza, disponibilidade e conselhos valiosos.



## Índice

<b>1 – Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>2 – Revisão da Literatura: A Teoria do Crescimento Endógeno .....</b>	<b>10</b>
<b>3 – As Commodities .....</b>	<b>15</b>
3.1 – Nota Metodológica .....	15
3.1 – O Boom das Commodities.....	16
<b>4 – Políticas Económicas .....</b>	<b>18</b>
4.1 – O Ponto de Partida do Brasil .....	18
4.2 – Políticas Económicas no Brasil .....	19
4.3 – Ponto de Partida do Chile .....	25
4.4 – Políticas Económicas no Chile .....	26
<b>5 – Análise de Dados Empíricos .....</b>	<b>32</b>
5.1 – Inovação.....	33
5.2 – Capital Humano.....	35
5.3 – Diversificação Produtiva .....	37
5.4 – Balanço Final: Crescimento Económico .....	38
<b>6 – Conclusões .....</b>	<b>40</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>43</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>49</b>

## Índice de Figuras

Gráfico 1: <i>Primary Commodity Price System</i> (2000-2016). .....	16
Gráfico 2: Brasil – Pedidos de registo de patentes (2000-2016). .....	33
Gráfico 3: Chile – Pedidos de registo de patentes (2000-2016). .....	34
Gráfico 4: Taxa bruta de matrícula na educação superior (2000-2016). .....	35
Gráfico 5: Brasil e Chile – Resultados harmonizados de testes (2000-2016). .....	36
Gráfico 6: Peso dos cinco principais bens exportados pelo Brasil e pelo Chile em relação ao total das respetivas exportações de bens (2000-2016). .....	37
Gráfico 7: Brasil e Chile – Taxa de crescimento económico anual (2000-2016). ....	38
Gráfico 8: Brasil e Chile – Taxa de Pobreza (<5,5\$/Dia, 2000-2016). .....	49
Gráfico 9: Brasil e Chile – Esperança média de vida à nascença (2000-2016). .....	49



## 1 – INTRODUÇÃO

Entre 2002 e 2014 os mercados globais verificaram um grande aumento do preço das *Commodities* – bens cujas unidades são indiferenciadas, sobretudo matérias-primas – beneficiando significativamente os seus produtores. Entre as regiões mundiais mais beneficiadas no período encontra-se a América Latina, podendo ser mencionados o Brasil e o Chile como casos exemplares, ambos exibindo um grande crescimento económico impulsionado pelas exportações destes bens.

Porém, o fenómeno do crescimento económico é visto por muitos teóricos como estando baseado em fatores endógenos – algo defendido por Romer, Lucas, Rebelo, Young, entre outros seguidores da teoria do crescimento endógeno. Estes mesmos economistas identificam nas suas formulações que a melhoria de determinados fatores podem potenciar um crescimento económico de longo prazo sustentado. Porém, vendo-se a melhoria destes fatores dependente da disponibilidade de meios financeiros, importa então questionar se a oportunidade de abundância proporcionada pelo *Boom* das *Commodities* foi bem aproveitada pelo Brasil e pelo Chile. Um bom aproveitamento seria entendido como uma melhoria de indicadores representativos dos fatores mencionados, a fim de criar condições para um crescimento de longo prazo sustentado.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira. O capítulo 2 encontra-se dedicado a uma revisão da literatura incidindo no surgimento e desenvolvimento da teoria do crescimento endógeno, a partir da qual será possível selecionar as variáveis essenciais à obtenção de um crescimento de longo prazo sustentado. O capítulo 3 conta com o estabelecimento da definição de *Commodities* e identificação do período em estudo. Segue-se o capítulo 4 onde se encontram explicitadas as políticas económicas implementadas pelo Brasil e pelo Chile no período. O capítulo 5 estará dedicado à análise de dados empíricos relacionados com as variáveis identificadas no capítulo 2, e por fim, o capítulo 6 conta com as conclusões finais do trabalho, respondendo à pergunta de investigação e esclarecendo as implicações do estudo.

## 2 – REVISÃO DA LITERATURA: A TEORIA DO CRESCIMENTO ENDÓGENO

Sendo o crescimento económico uma das principais formas de medir a prosperidade dos países, trata-se de um dos âmbitos mais estudados pelos economistas. Ao longo da história foram sendo elaboradas múltiplas teorias, tendo o entendimento moderno (neoclássico) do crescimento económico sido desenvolvido nos anos 50. A partir deste avanço tornou-se possível criar modelos mais completos incluindo novas variáveis, como é o caso nos modelos de crescimento endógeno. Torna-se então pertinente, para um melhor entendimento do paradigma teórico no qual surgiu a teoria do crescimento endógeno, analisar a formulação neoclássica.

O modelo de crescimento neoclássico foi desenvolvido por Solow, prevendo que o crescimento económico dependeria essencialmente da quantidade de fatores produtivos adicionados à economia (apenas capital e trabalho) e do progresso tecnológico, ainda que não integrasse tal variável no modelo. Efetivamente, para se chegar a tal formulação mostrou-se necessário estabelecer alguns pressupostos (Aghion & Howitt, 1998). O modelo assume a alocação eficiente do capital e do trabalho, mudanças tecnológicas exógenas, poupança e taxa de crescimento populacional constantes e, por fim, rendimentos decrescentes no fator capital, mas rendimentos constantes à escala no produto. Torna-se então possível chegar à função de produção agregada do modelo:

$$(1) \quad Y = F(K, L)$$

A partir da equação (1) é possível constatar que o produto da economia (Y) é uma função da quantidade de capital (K) e trabalho (L) presentes na mesma. Assim, formulação evidencia que apenas é possível haver crescimento económico aumentando fatores produtivos. Contudo, apesar do aumento dos fatores produzir rendimentos constantes à escala no produto, o fator capital tem rendimentos decrescentes, o que faz com que os rendimentos marginais sejam cada vez menores até, eventualmente, o crescimento ser nulo. Consequentemente, o modelo de Solow prevê a inexistência de crescimento no longo prazo, na ausência de progresso tecnológico, devido à insuficiência da acumulação de fatores produtivos (Aghion & Howitt, 1998). Sem o efeito de aumento

da produtividade de fatores proporcionado pelo avanço tecnológico – um elemento exógeno ao modelo – não é possível existir crescimento económico de longo prazo.

Ainda que o crescimento populacional, e portanto a disponibilidade do fator trabalho, seja constante no modelo, o fator capital tem uma natureza diferente, mostrando rendimentos decrescentes à escala. Isto faz com que seja mais produtivo quando é mais escasso (Ibid), o que permite um maior crescimento do produto em países onde este fator é menos abundante. Deste modo, o modelo é dotado da denominada propriedade de convergência (Vieira & Veríssimo, 2009), segundo a qual países com um PIB inferior irão conseguir produzir taxas de crescimento económico maiores, estando destinados a, eventualmente, convergir com o PIB dos países mais *ricos*.

Porém, elementos como a expectativa de uma convergência mundial, a assunção da ausência de efeitos das condições iniciais dos países nos respetivos produtos de longo prazo (Romer, 1986), o entendimento do crescimento económico como um fenómeno temporário e a não ponderação do progresso tecnológico no modelo (Aghion & Howitt, 1998) mostravam-se como pontos fracos na formulação neoclássica. Alguns autores criticam ainda a não explicação da variação das taxas de crescimento ao longo do tempo e a não consideração da influência da poupança e do investimento nas mesmas (Parker, 2012). Deste modo, as críticas motivaram vários economistas a apresentar novas teorias que possuíssem um maior poder explicativo.

Neste sentido, partindo de Solow, Arrow, no início dos anos 60, desenvolveu outro modelo onde introduziu a aquisição de experiência (*learning-by-doing*) de forma a deixar cair a assunção de rendimentos decrescentes do capital. Arrow passou a considerar o conhecimento como um fator de produção adquirido exogenamente mediante o investimento na economia. Na sua conceção, o *stock* conhecimento constituía um bem público ao permitir que, através das suas externalidades positivas, ou *spillovers*, as restantes empresas pudessem beneficiar de aumentos da produtividade dos seus inputs. Estes elementos foram inovadores, sublinhando a importância do setor privado no avanço tecnológico e a imperfeição dos mecanismos de patentes (Higachi, 1998). Apesar dos avanços, o seu modelo mantinha todas as outras características do modelo de Solow, chegando a conclusões idênticas quanto ao crescimento de longo prazo. Outros autores como Kaldor também tentaram endogeneizar o progresso técnico nos modelos, incidindo

o contributo deste último no impacto do investimento na criação de crescimento e adaptação da sociedade a novas ideias (Aghion & Howitt, 1998).

É neste contexto de inovação teórica que Romer, em 1986, veio a produzir um grande avanço ao formular um modelo onde o crescimento económico partia de fatores endógenos à economia, internalizando inteiramente o impacto do progresso tecnológico. No seu modelo, Romer (1986) afirma que o crescimento de longo prazo do produto não tem limites, sendo este conduzido principalmente pela acumulação de conhecimento. Romer admite ainda que a convergência entre países não é uma certeza, rompendo com a assunção neoclássica de rendimentos decrescentes no capital. O modelo parte de uma situação de equilíbrio competitivo e é ainda assumido o *spillover* do conhecimento gerado por atores privados, visto que a sua contenção completa é impossível. Assim, torna-se possível haver rendimentos crescentes no produto pois os efeitos de aumento da produtividade dos fatores fruto do conhecimento não se restringem aos seus criadores. Com estes pressupostos, Romer formula a função do produto agregado:

$$(2) \quad Y = A (R) F (R_j, K_j, L_j)$$

A equação (2) mostra então que o produto agregado pode ser obtido pela relação entre o stock de conhecimento público ( $A$ ), que decorre dos gastos de I&D no total da economia ( $R$ ), e dos valores alocados de cada empresa em I&D ( $R_j$ ), capital ( $K_j$ ) e trabalho ( $L_j$ ). É possível verificar grandes diferenças com a função de produção (1) no modelo de Solow onde apenas era considerado o aumento dos fatores de produção. Outra diferença relevante com os modelos anteriores, como o de Arrow, trata-se da inclusão dos custos de criação e adoção tecnológica, algo ignorado até então (Mayer, 1996). É a partir de funções de produção como a de Romer (1986) que se desenvolveram outros modelos de crescimento endógeno, potenciando novos avanços. O modelo destacou-se por ter permitido uma nova conceção do crescimento de longo prazo, dotando o progresso técnico de um papel essencial ao explicar o mecanismo por detrás da inexistência de rendimentos marginais decrescentes no capital (Vieira & Veríssimo, 2009).

De facto, o conhecimento é o elemento mais importante na teoria do crescimento endógeno. Sendo um bem não-rival, o uso do conhecimento por determinada entidade não pressupõe a privação do seu uso por outra, podendo este ser partilhado (Jones, 2019).

Contudo, caso o seu uso não tivesse nenhum custo, não haveria incentivo para que existisse investimento no mesmo, pois todos beneficiariam do custo incorrido pelo inventor. Deste dilema nasce a necessidade de proteções da propriedade intelectual, nomeadamente as patentes, que garantem benefícios de monopólio temporários aos líderes na inovação (Parker, 2012). Por conseguinte, é criado um incentivo ao investimento no progresso técnico ainda que com a desvantagem de ser diminuída a eficiência da economia ao ser limitado o uso do conhecimento. Contudo, a incapacidade de retenção total deste bem gera inevitavelmente externalidades positivas, mitigando esta perda de eficiência – um ponto central da teoria.

Entre os economistas que vieram a aprofundar a teoria do crescimento endógeno partindo do contributo de Romer, pode-se mencionar Lucas que, em 1988, elaborou um modelo onde substituíu o papel do investimento em I&D com o investimento em capital humano. Na sua formulação, Lucas constatava que os países com mais capital humano conseguiam obter uma maior produtividade do capital e melhor remuneração do fator trabalho, o que surte implicações na deslocação de fatores produtivos entre países pobres e países ricos (Higachi, 1998). Lucas considerava que o capital humano podia ser aumentado mediante o investimento que melhorasse a qualidade do ensino e através do *learning-by-doing*, possuindo efeitos de *spillover* à semelhança da tecnologia (Mayer, 1996). Este contributo mostrou-se especialmente relevante ao alargar o entendimento do fator capital, incorporando o capital humano, que agrega as capacidades dos trabalhadores ao considerar fatores como a saúde, educação, experiência, entre outros (Parker, 2012).

A partir destes contributos surgiu ainda outro tipo de modelos, apoiados também no conceito de “destruição criativa” desenvolvido por Schumpeter, segundo o qual o progresso técnico passa pela sucessão contínua de melhorias nos produtos e tecnologias que tornam os seus antecessores obsoletos. Este processo é dado como certo, tomando tanto externalidades positivas, ao aumentar a produtividade dos fatores de produção, como negativas, ao destruir negócios e produção vigentes (Aghion & Howitt, 1998). Nestes modelos o conhecimento é adquirido através do investimento em I&D e da conjugação da posse privada do mesmo com as externalidades que lhe são inerentes, possibilitando um crescimento de longo prazo sustentado (Higachi, 1998) – a mesma conclusão de Romer.

Posteriormente, em 1990, Romer veio a desenvolver outro modelo considerado como uma melhoria do seu anterior contributo. Neste novo modelo a maior diferença passa pela transição da anterior condição de equilíbrio competitivo, para a assunção de um equilíbrio geral, considerando agentes maximizadores tanto do lado da oferta como da procura, e mais que um mercado. Para tal, o novo modelo recorria a pressupostos como a existência de três setores (bens finais, bens intermediários e pesquisa) com tipos distintos de concorrência, retornos crescentes no setor de I&D, e a tomada de decisões económicas ponderando o stock de conhecimento, custos de produção e maximização do lucro (Higachi, 1998). Romer conseguiu produzir assim um modelo com maior poder explicativo, relacionando o crescimento de longo prazo não só com o efeito da inovação tecnológica na produtividade como com o aumento da divisão do trabalho (Ibid).

Outro contributo de menção relevante é o de Rebelo (1991), incidindo sob o impacto da taxaço no crescimento endógeno. O seu modelo assume um fator produtivo (agregando capital físico e humano), dois setores produtivos, um equilíbrio competitivo e o uso de determinada tecnologia que produz rendimentos constantes à escala no capital sem considerar *spillovers*. Formulando sobre estas condições entre outras, Rebelo verifica que aplicando impostos nos setores, o rendimento marginal líquido do capital diminui, resultando em menores taxas de crescimento do produto. Rebelo previa também, como Lucas, a mobilidade do fator trabalho entre países, e explicou a diferença entre taxas de crescimento nacionais com base em políticas fiscais distintas. Porém, Rebelo assume explicitamente que as receitas do estado no seu modelo não afetam a utilidade marginal do consumo nem as possibilidades de produção – um ponto fraco da formulaço considerando a capacidade do estado para melhorar capital humano e inovação.

Por fim, destaca-se ainda o contributo de Young (1993). O autor começa por criticar a consideração de que a aprendizagem apresenta um potencial ilimitado de ganhos de produtividade, não permitindo explicar, por exemplo, períodos históricos de estagnação tecnológica. Young assume que tal potencial é finito, tendo cada produto um limite na experiência (e consequentes ganhos de produtividade) que pode ser ganha através do seu uso, dependendo o aumento destes benefícios de avanços tecnológicos adicionais. Consequentemente, Young assume a ordenação de bens consoante a respetiva sofisticaço tecnológica, chegando à conclusão de que a produtividade do fator trabalho aumenta com a sofisticaço do bem. A partir desta formulaço parece então possível

concluir que existe não só um incentivo para os países produzirem cada vez mais bens de maior intensidade tecnológica como para que estes diversifiquem as próprias economias de modo a maximizar os ganhos de produtividade da melhoria do capital humano.

A partir da análise de distintos contributos teóricos foi possível não só evidenciar a clara evolução na modelação do crescimento ao longo do tempo como adquirir uma melhor compreensão sobre quais fatores dentro de uma economia contribuem para o fenómeno do crescimento económico. Considerando as dinâmicas dos modelos de crescimento endógeno mencionados, autores como Higachi (1998) defendem que, como o produto marginal do conhecimento numa economia de mercado não verifica uma eficiência de Pareto (visto que os recursos alocados ao I&D são inferiores ao nível ótimo em comparação com o consumo), é justificada a aplicação de políticas que fomentem o investimento no conhecimento. Os distintos contributos teóricos permitem então selecionar a melhoria do capital humano, inovação e diversificação produtiva como variáveis importantes para um crescimento económico de longo prazo sustentado. Encontra-se assim reunido um enquadramento adequado à análise das escolhas de política económica do Brasil e do Chile entre 2000 e 2016 tendo em vista a avaliação do respetivo desempenho face à oportunidade valiosa que constituiu o *Boom* das *Commodities*.

### **3 – AS COMMODITIES**

#### **3.1 – Nota Metodológica**

De acordo com a análise do conceito de Hofstrand (2019), uma *Commodity* é um produto cuja totalidade das unidades de produção são idênticas, independentemente do produtor. Isto significa que as *Commodities* são bens fungíveis, portanto, bens onde cada unidade é exatamente igual a qualquer outra. Deste modo, como a identidade do produtor não separa o produto dos restantes (dado que as *Commodities* não são consideradas bens diferenciados), a produção de múltiplos produtores pode ser misturada e atribuído um preço no mercado global de forma indiscriminada. Consequentemente, os produtores de *Commodities* são *price takers* ao não terem controlo sobre o preço do bem que produzem.

Considerando este conceito, há ainda que mencionar que as *Commodities* tendem a ser matérias-primas. De acordo com o Glossário de Termos Estatísticos da OCDE (2007), os produtos normalmente considerados *Commodities* incluem:

“Comida, animais vivos, bebidas e tabaco, excluindo bens manufaturados; materiais em bruto, não ingeríveis, excluindo combustíveis, fibras sintéticas, desperdícios e sucata; combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados, excluindo produtos de petróleo; óleos vegetais e animais, gorduras e ceras”.

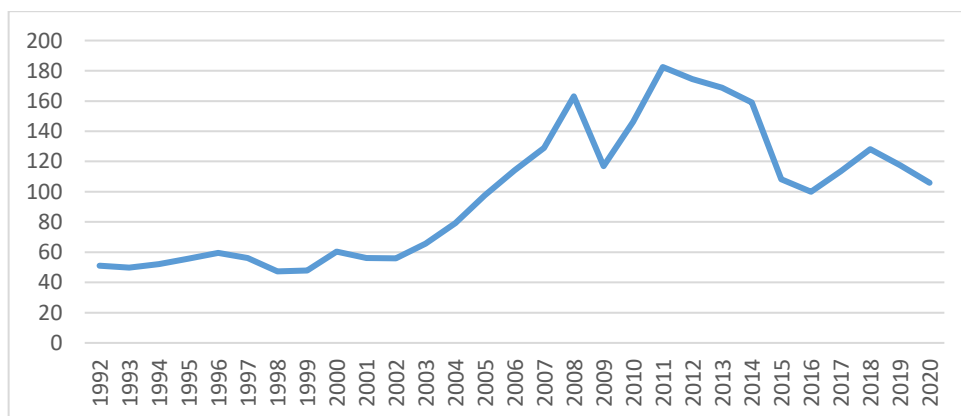
In OECD (2007), p. 609.

Considerando a concetualização anterior e as categorias de produtos mencionadas, será esta a definição de *Commodities* considerada na presente dissertação.

### 3.1 – O Boom das Commodities

Destacando-se o conceito de *Commodities* pela variedade de bens que partilham as mencionadas características, abordar tendências de preços globais das mesmas pode revelar-se difícil. Neste sentido, o FMI (2021) desenvolveu o *Primary Commodity Price System* (PCPS), agregando diversos índices de preços de *Commodities*, tendo em vista a representatividade do mercado global, fornecendo uma ferramenta adequada à análise da evolução do preço destes bens. O PCPS fornecerá os valores de referência de preços das *Commodities*.

Gráfico 1: *Primary Commodity Price System* (2000-2016).



Fonte: FMI (2021)

Nota: O valor 100 corresponde ao valor dos índices em 2016.

O PCPS mostra o grande aumento dos preços das *Commodities* desde 2002 até 2014 (o *Boom*), com uma evidente quebra em 2009 devido à crise financeira, rapidamente recuperada nos anos seguintes. Torna-se também importante a análise dos dois anos



anteriores e posteriores ao *Boom* de modo a verificar o comportamento das economias sem o efeito sob análise. Em todo o caso, é verificada uma grande volatilidade de preços no período, devendo-se isto tanto à baixa elasticidade preço da procura destes bens, como a variações nas colheitas, acidentes ou falhas na distribuição (Radetzki, 2011). Por sua vez, a existência de poucas barreiras à entrada no setor das *Commodities*, o potencial de rendimentos elevados (Carneiro, 2012) e a tendência de especialização produtiva fruto da abertura comercial, são potenciadores da criação de dependência das economias nestes bens. Esta relação pode ser observada na América Latina, sendo o Brasil e o Chile exemplares da dinâmica.

Tabela 1: Principais exportações do Brasil e do Chile e a respetiva representação no total das exportações de bens entre 2000 e 2016.

<b>Brasil</b>	<b>Chile</b>
Ferro (9,97%)	Cobre (49,97%)
Soja (7,21%)	Peixe (4,35%)
Petróleo (6,09%)	Celulose (3,65%)
Açúcar (4,55%)	Vinho (2,39%)
Carne (2,93%)	Frutas (1,64%)
Peso nas exportações de bens (30,77%)	Peso nas exportações de bens (62,01%)

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat & UN Comtrade (2021).

Considerando as respetivas pautas exportadoras assim como o peso que as *Commodities* nela verificam, não restam dúvidas de que o Brasil e o Chile se encontram muito dependentes do desempenho económico deste setor. Importa então notar que tal dependência conjugada com a inerente volatilidade de preços das *Commodities* pode constituir não só uma vulnerabilidade ao pôr em causa a estabilidade macroeconómica dos países nesta situação, como também uma oportunidade, ao se verificarem períodos de grande prosperidade, como entre 2002 e 2014. Neste sentido, torna-se pertinente analisar que estratégias e políticas foram implementadas nestes países por forma a aproveitarem a oportunidade do *Boom* das *Commodities* no âmbito da construção de um crescimento económico sustentado.

## **4 – POLÍTICAS ECONÓMICAS**

### **4.1 – O Ponto de Partida do Brasil**

As décadas finais do século XX no Brasil foram fundamentais para a construção do modelo económico brasileiro vigente. Em 1985 terminaram 21 anos de ditadura militar, tendo esta optado por um modelo económico marcado pela intervenção assertiva do estado na orientação e industrialização da economia – o nacional-desenvolvimentismo. Ainda que a ditadura militar tenha fomentado uma rápida industrialização e crescimento económico, as intervenções estatais criaram distorções e problemas, como a inflação elevada, que vieram a constituir o quadro de desafios aos quais a democracia, reestabelecida em 1985, teve de procurar resolver (Reid, 2014).

Nos primeiro períodos da democracia verificou-se alguma instabilidade económica, não conseguindo o primeiro presidente, José Sarney, controlar a hiperinflação que entretanto tinha regressado. Fernando Collor de Mello, que o sucedeu, apesar de também não conseguir controlar a inflação, mostrou um papel importante na abertura comercial do país, sendo durante o seu mandato reduzidas tarifas comerciais e criado o MERCOSUL (Batista, 2009) – um grande projeto de comércio livre regional e, mais tarde (1995), uma união aduaneira. Por fim, com a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o seu Plano Real, em 1994, o Brasil conseguiu finalmente controlar a inflação de forma permanente, lançando as bases da estabilidade económica.

A presidência FHC foi marcante ao ter conseguido recuperar a estabilidade do país através de um conjunto de políticas denominadas por “Tripé Macroeconómico”. Este “tripé”, assente na política cambial orientada somente para metas de inflação, na manutenção de uma taxa de câmbio flutuante e da responsabilidade fiscal (mediante a obtenção de excedentes orçamentais) (Oreiro, 2015), permitiu que a economia entrasse no século XXI com estabilidade macroeconómica.

Ganhando um segundo mandato em 1998, FHC enfrentou um contexto de crises internacionais e sedimentou as políticas económicas que vieram a definir não só a sua presidência como toda a década seguinte. Ainda que ultrapassado, o medo da inflação veio sempre a pautar a escolha de políticas públicas brasileiras e o nível de integração do país na economia internacional construído até então veio a condicionar a intensidade das

variáveis exógenas que afetavam o país – algo que se veio a mostrar determinante com o *Boom* das *Commodities* no início do século.

#### **4.2 – Políticas Económicas no Brasil**

A presidência FHC conseguiu suceder na implementação de reformas e flexibilização da economia de modo a que esta se enquadrasse melhor à realidade de um mundo globalizado. Contudo, de 2000 a 2002, em fim de mandato, a economia ainda estava a recuperar do atribulado final da década de 90, sofrendo tanto de fatores internos, nomeadamente uma crise energética que perturbou durante 8 meses o abastecimento de eletricidade no país, como de fatores externos, devido ao impacto da crise argentina e dos atentados do 11 de Setembro (Oliveira, 2003). Adicionalmente, em 2002 os mercados ressentiram-se perante expectativas de grandes roturas com a vitória eleitoral de Lula.

Ex-operário metalúrgico, opositor da ditadura e sindicalista, Lula foi transformando-se na voz da esquerda radical no Brasil pós-ditadura, chegando finalmente ao poder em 2003. Naturalmente, perante as suas pretensões socialistas, os mercados não reagiram bem às perspetivas da sua presidência, o que motivou Lula a atenuar o seu discurso, retirando propostas radicais e passando a apoiar as reformas de FHC (Reid, 2014). Apesar dos sinais de moderação, o fluxo de entrada de capitais parou, os investidores ficaram receosos, o Real desvalorizou e, conseqüentemente, surgiu o risco de incumprimento da dívida, grande parte desta indexada ao dólar (Fligenspan, 2005).

A situação desfavorável que Lula encontrou requereu um compromisso efetivo com a moderação. Isto refletiu-se na sua decisão de apoiar o acordo de FHC com o FMI, garantindo financiamento mediante o compromisso de aumentar o excedente fiscal, e na nomeação de um opositor político e banqueiro privado para a presidência do Banco Central – Henrique Meirelles – que subiu imediatamente as taxas de juro, mantendo-se fiel às metas de inflação, e contando com independência institucional.

Paralelamente, António Palocci, o moderado ministro das finanças, implementou reformas de modo a controlar as finanças públicas e estimular as empresas e o consumo. Entre estas destacam-se a lei das falências, a reforma do mercado das hipotecas, incentivos à inovação em projetos das universidades com o setor privado, e ainda uma importante reforma da segurança social que aumentou a idade de reforma (Reid, 2014).

Palocci garantiu ainda o aumento do superavit fiscal, passando de 3,75% em 2002 para 4,25% em 2003, um corte de 22,75% dos gastos orçamentais do governo e a renegociação do acordo com o FMI (Filgueiras & Pinto, 2018).

As reformas implementadas e a moderação comprovada de Lula controlaram as más perspectivas após o terramoto político. Ainda que a instabilidade inicial tivesse resultado num crescimento de apenas 1,1% em 2003, as medidas implementadas proporcionaram uma robusta taxa de crescimento de 5,75% em 2004 (World Bank, 2021). Nos anos seguintes, o governo procedeu ainda a uma substituição da dívida contraída em Dólares, para Reais, e com taxas de juro fixas (Curado, 2011), o que também se revelou uma decisão prudente devido à valorização da moeda brasileira que se veio a verificar.

A evolução favorável da sustentabilidade da dívida brasileira assim como o pagamento antecipado de empréstimos concedidos pelo FMI (Reid, 2014) permitiram a redução das taxas de juro (Curado, 2011), dando início a um aumento do crédito e, consequentemente, do consumo. A estabilização interna conjugada com uma conjuntura externa cada vez mais favorável devido ao aumento dos preços das *Commodities* (IMF, 2021) deu início a um dos períodos mais prósperos do país.

Durante as turbulentas décadas de 80 e 90, os governos da região, como o de FHC, criaram um novo formato de apoios sociais – as transferências condicionais. Estas políticas visavam fornecer rendimento adicional aos mais carenciados mediante o cumprimento de diversos critérios, como garantir a ida das crianças à escola ou a comparência em consultas de saúde, por exemplo. Assim, as transferências condicionais conseguiam não só fornecer um importante rendimento adicional às famílias mais carenciadas, como também tinham o potencial para melhorar o capital humano e qualidade de vida através da saúde e educação (Robles et al, 2019). Foi nestes moldes que Lula veio a revolucionar o sistema de apoios sociais brasileiro.

Em 2003, Lula avançou com uma ambiciosa agenda de resolução dos urgentes problemas de desigualdades<sup>1</sup> sociais e pobreza, introduzindo o programa Bolsa Família – um esquema de transferências condicionais que subsidiava as famílias em situação de pobreza, sob a condição de que estas garantissem a frequência escolar dos seus filhos e a

---

<sup>1</sup> Não se tratava apenas uma decisão ideológica mas também económica. Autoras como Birdsall (2001) destacam o papel inibidor do crescimento económico que as desigualdades infligem aos países em desenvolvimento visto que um crescimento acelerado requer a acumulação de poupança para o investimento e que estas potenciam falhas de mercado e diminuem a eficácia das políticas públicas.

participação dos mesmos no plano nacional de vacinação. Além deste propósito, o Bolsa Família consolidou e ampliou outros apoios com os mesmos destinatários – foi assim possível não só diminuir gastos como torná-los mais eficientes, evitando sobreposições e alocações indevidas. Entre os programas consolidados incluíam-se o Auxílio Gás (2001), o Bolsa Escola (2001), o Bolsa Alimentação (2001) e o Fome Zero (2003).

O Bolsa Família implantou-se com sucesso, atingindo uma cobertura de 19,4% das residências em 2007, sem o gasto chegar sequer a 1% do PIB. O programa melhorou o bem-estar e o consumo dos mais desfavorecidos como também atuou sob as causas estruturais da pobreza (Rocha, 2011). Isto deveu-se sobretudo às condicionalidades direcionadas à melhoria da educação e da saúde – dois fatores considerados fundamentais para inverter tendências de desigualdades (Balestra et al, 2018).

No domínio do comércio, no primeiro mandato de Lula começou a verificar-se um aumento das exportações de *Commodities* em paralelo a uma redução da exportação de bens industriais (Curado, 2011). Esta mudança assinalou a especialização produtiva do Brasil na exportação de *Commodities*, proporcionando durante a presidência Lula um período de abundância de recursos, maior consumo e crescimento inclusivo.

Com resultados positivos em todas as frentes, Lula conseguiu ser reeleito em 2006 num contexto de prosperidade e popularidade. No segundo governo, duas grandes mudanças políticas foram a substituição de Palocci por Guido Mantega e a indicação de Dilma Rousseff para uma importante função de coordenação governamental. Se Mantega não revelou intenções de manter o reformismo de Palocci, Dilma mostrou-se alinhada ao desenvolvimentismo, pelo que o segundo mandato de Lula exibiu uma maior preferência pela intervenção estatal.

Esta mudança de escolhas políticas viu-se refletida na implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), um plano de investimentos públicos, sobretudo na área das infraestruturas – o PAC constituiu uma rotura com a anterior estratégia ao adotar uma postura interventiva pelo investimento em setores estratégicos (Curado, 2011). Adicionalmente, em 2007 foi descoberto um grande campo de petróleo no Atlântico, motivando em 2009 a aprovação da “Nova Lei do Petróleo”, que garantia à Petrobras – a empresa petrolífera estatal – o monopólio da exploração de todas as futuras reservas.

O impacto do grande aumento das exportações brasileiras veio-se a refletir no grande e consistente aumento das reservas internacionais do país, particularmente entre

2005 e 2007. Esta dinâmica conjugada com a estratégia de redução da dívida externa líquida desde 2002 permitiu que o Brasil se tornasse num credor externo líquido e ganhasse a confiança dos mercados (Leal et al, 2007), encontrando-se assim o país numa posição fortalecida aquando da crise de 2008.

Perante a interrupção do crédito e do comércio internacional, o governo tomou uma postura interventiva – foram resgatados bancos, aumentados os empréstimos concedidos pelo BNDES, vendidas reservas de dólares de modo a controlar a queda do Real, reduzidos os requisitos de reservas dos bancos, implementado um programa de incentivos fiscais e aprofundadas políticas sociais (Reid, 2014). Adicionalmente, acentuou-se a tendência de descida das taxas de juro, sobretudo entre 2009 e 2010, que já sendo verificada desde 2003 (Curado, 2011), marcou os governos Lula como períodos de grande expansão do crédito.

Entre as políticas sociais implementadas nestas circunstâncias destacou-se o programa Minha Casa Minha Vida em 2009 – um programa de construção de casas acessíveis para os mais desfavorecidos, pretendendo construir 1 milhão de casas até 2011 (Fagnani, 2011). Esta medida mostrou-se alinhada com a lógica anti-cíclica da resposta do governo ao estimular não só o consumo como também criando postos de trabalho. Estas políticas foram eficazes no combate aos efeitos da crise, tendo-se verificado em 2009 uma queda do PIB de apenas 0,12%, recuperando com uma robusta taxa de crescimento de 7,5% em 2010 (World Bank, 2021).

Ainda que com alguns percalços, como a crise financeira ou o escândalo de corrupção do Caso Mensalão, Lula administrou um período de crescimento económico excecional e inclusivo – entre 2003 e 2010 o salário mínimo real duplicou, 20 milhões de brasileiros saíram da pobreza (Reid, 2014), o desemprego passou de 11,3% para 6,1% e quase 13 milhões de pessoas beneficiaram do programa Bolsa Família (Curado, 2011).

Tais resultados vieram a garantir em 2010 uma vitória a Dilma Rousseff, a sucessora designada de Lula. Contudo, a sua já conhecida postura intervencionista mostrou-se inadequada a um período marcado pelo fim do *boom* das *commodities*. Segundo autores como Reid (2014), o *Boom* tinha escondido os fatores responsáveis pela falta de competitividade do país, entre os quais se encontravam salários, taxas de juro e impostos elevados, e deficiências nas infraestruturas. Em consequência da tendência de descida dos preços das *commodities* entre 2011 e 2016, fatores como os mencionados

começaram a tornar-se cada vez mais relevantes, diminuindo o consumo, o crédito, o investimento e as exportações. Com uma média de crescimento económico anual de apenas 2,35% (World Bank, 2021) entre 2011 e 2014, após a crise de 2008 o Brasil nunca conseguiu recuperar novamente as grandes taxas de crescimento.

Perante uma maior volatilidade nos mercados face à crise do Euro e ao abrandar do crescimento e procura da China, Mantega anunciou medidas para controlar a contínua valorização do Real, tais como tarifas às importações e controlos de fluxos de capital de curto prazo, provando-se tais medidas eficazes na estabilização da taxa de câmbio ao longo do mandato (Carneiro, 2018). Paralelamente, o Banco Central veio a anunciar em 2012 o aumento dos limites mínimos das reservas bancárias, dos capitais necessários para a atribuição de crédito e dos impostos sobre transações financeiras, visando estas medidas prevenir efeitos negativos do período de fácil acesso ao crédito no mandato anterior (Filho & De Paula, 2015). Porém, a precaução face ao aumento do crédito num período de baixo crescimento económico revelou-se efémera, tendo o Banco Central iniciado um período de grande e rápida descida da taxa de juros, passando de 12,42% em Julho de 2011 para 7,16% em Março de 2013 (BCB, 2021).

Neste período, Dilma iniciou um grande plano de crescimento implementando múltiplos estímulos fiscais e o financiamento de projetos de infraestruturas e energia por meio do BNDES. Estas políticas inseriam-se no chamado PAC 2, orientado desta vez face aos transportes, energia, acesso à água e eletricidade, e ainda ao aprofundamento do programa Minha Casa Minha Vida, para o qual foi planeada a construção de 2,6 milhões de habitações (Jardim & Silva, 2015). Este plano também contemplava os investimentos em equipamentos desportivos e turísticos necessários à realização tanto do Campeonato Mundial do Futebol em 2014 como dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

Contudo, a política fiscal expansiva e o enorme pacote de gastos públicos não se revelaram eficazes no estímulo ao crescimento económico. Contrariamente, foram produzidos efeitos adversos na inflação, tendo o aumento deste indicador motivado não só o Banco Central a aumentar as taxas de juro como o governo a congelar preços, como nos transportes e na gasolina. Por outro lado, o desvio da responsabilidade fiscal materializado pelo PAC 2 e o aumento da inflação consequente prejudicaram o equilíbrio da estratégia do Tripé Macroeconómico (Reid, 2014).

Este desequilíbrio refletiu-se na evolução do crescimento económico, tendo-se verificado no fim do seu primeiro mandato, em 2014, um crescimento de apenas 0,5% (World Bank, 2021). Ainda assim, o mau desempenho económico não privou Dilma de um segundo mandato, ganhando por pouco novas eleições. Contudo, a presidente mudou de política no seu segundo governo, trocando Mantega por Joaquim Levy – um economista menos favorável ao intervencionismo. Dilma pretendia regressar aos pilares do Tripé Macroeconómico e equilibrar as contas públicas, visto que o Tribunal de Contas tinha acusado o incumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal de 1999 (Reid, 2014). Para tal, Levy terminou os congelamentos de preços e as intervenções cambiais, resultando num aumento da inflação que motivou o Banco Central a subir as taxas de juro a fim de a controlar (Nassif, 2017).

Porém, os esforços do governo não se revelaram eficazes, tendo o país entrado em recessão em 2015, decrescendo a economia em 3,54% nesse ano, e em 3,27% em 2016, e aumentando o desemprego de 6,66% em 2014 para 11,6% em 2016 (World Bank, 2021). Adicionalmente, a operação policial Lava-Jato revelou um grande escândalo de corrupção com implicações políticas e económicas, contribuindo assim para a perda de credibilidade do governo. Esta conjuntura motivou a que em 2016 o Congresso levasse a cabo um processo de destituição contra Dilma com base em ilegalidades contabilísticas, tendo contudo as motivações políticas do ato lançado dúvidas sobre a credibilidade das instituições perante a ascensão do vice-presidente Michel Temer ao poder.

Assumindo uma governação interina, Temer tomou a estabilidade monetária e o equilíbrio orçamental como prioridades políticas de modo a recuperar a confiança internacional e permitir a retoma do consumo e investimento. Perante a crise vivida, o ano de 2016 ficou marcado por taxas de juro muito elevadas (BCB, 2021), cujo aumento rápido em 2014, segundo autores como Nassif (2017), terá não só controlado a inflação como agravado a recessão que o país vivia, aumentando o desemprego e prejudicando as empresas. Adicionalmente, o primeiro ano de Temer no governo ficou marcado pela aprovação da emenda constitucional do Teto de Gastos, que congelou os níveis dos gastos públicos por um período de 20 anos, garantindo a disciplina fiscal (De Carvalho, 2017).

Entre 2000 e 2016, a escolha de políticas públicas do Brasil teve poucos anos em que não foi condicionada pelas necessidades reativas exigidas por períodos de crise. Enquanto FHC se destacou pelo controlo da inflação e pela construção de bases



macroeconómicas sólidas para o crescimento, Lula aproveitou-as num contexto de crescimento global. Por outro lado, Dilma não se mostrou capaz de manter o legado de crescimento de Lula, vendo o paradigma económico do país afetado pelo fim do *Boom* das *Commodities*, culminando com a curta administração Temer que apenas buscou retomar a responsabilidade fiscal e o equilíbrio da inflação. Em todo o caso, note-se que em todo o período de análise, houve apenas um único período de crescimento económico elevado, que coincidiu com a grande subida dos preços das *Commodities* – algo bastante revelador da importância destes bens para a estabilidade económica do Brasil.

### **4.3 – Ponto de Partida do Chile**

Se no Brasil o liberalismo foi a exceção, no Chile verificou-se o contrário. Num contexto de ampla pobreza e instabilidade política, em 1970 Salvador Allende foi eleito presidente, visando a transformação socialista do Chile através de políticas como a redistribuição de riqueza e nacionalizações, em particular do setor do cobre – a maior exportação chilena (Larraín & Meller, 1991). Apesar dos logros iniciais na redução da pobreza e desigualdades, os graves desequilíbrios macroeconómicos consequentes junto com a difícil conjuntura política do país motivaram um golpe de estado em 1973, instaurando uma ditadura liderada pelo general Augusto Pinochet. O ditador delegou então a orientação da economia aos *Chicago Boys* – uma equipa de economistas americanos da Universidade de Chicago, conhecidos por serem favoráveis a políticas económicas de livre mercado (Bassuener, 2013).

Perante a grave crise económica vivida, o governo de Pinochet abriu a economia ao estrangeiro, reverteu nacionalizações, privatizou empresas estatais (exceto a CODELCO) e combateu a inflação por meio da contenção orçamental e aumentos dos juros (Büchi, 2006). Ainda que a reorientação drástica e holística da economia se tivesse revelado traumática, o resto da década provou o contrário, registando-se até 1980 uma taxa média de crescimento anual de 7,6% (World Bank, 2021). Entre as medidas económicas mais importantes implementadas durante a ditadura destaca-se a criação do Fundo de Estabilização do Cobre (FEC) em 1987, acumulando fundos em períodos onde o preço do cobre superava um valor de referência, e retirando-os em situações

desfavoráveis, permitindo mitigar o impacto da volatilidade de preços num contexto de dependência (Solimano & Guajardo, 2018).

A ditadura de Pinochet teve um impacto duradouro na economia chilena, tornando estruturais muitas políticas favoráveis ao livre mercado (Schmidt-Hebbel, 2006). Tal impacto deve-se também à sedimentação do pendor liberal da economia na constituição de 1980 – em vigor até à atualidade – que reforçou direitos de propriedade e deu autonomia ao Banco Central, por exemplo (Waissbluth, 2006).

Regressando à democracia após o resultado favorável de um plebiscito, Pinochet foi substituído por Patricio Aylwin em 1990, um democrata-cristão que, sob a bandeira da coligação centrista *Concertación*, ganhou novas eleições, findando a ditadura. Os sucessivos governos desta coligação ficaram marcados por grandes esforços de modernização institucional, políticas sociais, aprofundamento da democracia e melhoria de serviços públicos, sem abandonar contudo o modelo económico da ditadura. O fim da década de 90 foi ainda marcado pelos efeitos da crise asiática que forçaram o país a adotar a livre flutuação cambial, passando a política monetária apenas a ser orientada por metas de inflação (Saravia & Caputo, 2019).

#### **4.4 – Políticas Económicas no Chile**

Ainda que a o impacto da crise asiática não tivesse sido tão forte como o de anteriores crises, a recuperação económica foi lenta. Apesar do Chile ter conseguido um crescimento de 5,32% em 2000, em 2001 e 2002 este rondou apenas os 3% (World Bank, 2021). Em 2000, Ricardo Lagos, candidato da *Concertación*, tornou-se no primeiro presidente de esquerda desde Allende, conciliando esforços de modernização com uma agenda de reforço ao crescimento.

Lagos começou por reforçar precauções económicas, implementando em 2001 uma importante regra fiscal que implicava a obtenção de um saldo estrutural positivo de pelo menos 1% do PIB a fim de garantir a execução dos compromissos orçamentais sem desequilibrar as contas públicas em períodos recessivos (Saravia & Caputo, 2019). Ainda que previsse défices caso o PIB se encontrasse abaixo da sua capacidade total (Solimano, 2009), esta favorecia respostas pro-cíclicas face a crises, permitindo acumular

poupanças, transparecer uma maior previsibilidade às políticas públicas e evitar excessos permanentes nos gastos.

A par da regra fiscal, foram ainda eliminados controlos a transações financeiras, permitindo a entrada de fluxos de capitais de curto prazo (Ffrench-Davis, 2016), o que conferiu oportunidades de investimento assim como uma maior volatilidade dos capitais. Neste mesmo período, o Banco Central levou a cabo uma grande descida das taxas de juro desde 2001 até 2003, passando de 6,5% para cerca de 2%, de modo a estimular a recuperação económica, seguindo-se uma grande subida para 6% até 2006 (BCC, 2021).

No que diz respeito à modernização administrativa e transparência, Lagos aprofundou a digitalização dos serviços do estado, criou tribunais tributários, melhorou a autoridade da concorrência e deu incentivos à inovação (Waissbluth, 2006). Ao longo do seu mandato foram ainda implementadas reformas na proteção social, destacando-se na saúde o programa de Acesso Universal a Garantias Explícitas (AUGE), que garantiu o acesso a múltiplos cuidados, e na educação, a obrigatoriedade da escolaridade média e a garantia do financiamento da educação superior (Ffrench-Davis, 2016).

Entre as reformas sociais introduzidas por Lagos, o programa Chile Solidário – um programa de transferências condicionais – merece um especial destaque, consolidando apoios, ampliando a sua cobertura e direcionando-os à população em situação de extrema pobreza. O programa requeria que a família beneficiária assinasse um contrato onde se comprometia a cumprir 53 condições essenciais à superação da pobreza. Mediante este compromisso, tinham acesso a subsídios, programas de trabalho, rendimento garantido e acesso preferencial a formações profissionais (Palma & Urzúa, 2005). O programa visava não só combater a pobreza extrema como também qualificar o capital humano e melhorar a integração social. O Chile Solidário superou a sua agenda programática, reformando por completo o sistema de proteção social ao coordenar os esforços das famílias com o apoio intersectorial do estado (Waissbluth, 2006).

Adicionalmente, durante o governo de Lagos concretizaram-se múltiplos acordos de livre comércio, como com a EFTA, China, Coreia do Sul, Singapura, entre outros, e ainda o Acordo de Associação Política e Comercial com a UE (BCN, 2021), contribuindo decisivamente para a abertura comercial do país.

Apesar da prudência demonstrada, autores como Ffrench-Davis (2010) alegam que a regra fiscal impediu a aplicação de uma política contra-cíclica, adiando a

recuperação plena para 2004, quando devido à subida do preço do cobre aumentaram os rendimentos, permitindo que o Chile se tornasse num credor internacional. O início do *Boom* das *Commodities* junto com o efeito acumulado das políticas de Lagos deram um novo dinamismo ao crescimento, verificando-se de 2004 a 2006 uma taxa média de crescimento anual de 6,4% (World Bank, 2021). Este sucesso conferiu à *Concertación* um novo mandato em 2006, encabeçado pela menos moderada Michelle Bachelet.

Apesar das roturas de Bachelet com a linha seguida pela *Concertación*, uma das medidas mais relevantes do seu mandato, introduzida no fim do mandato de Lagos, reforçou a tendência moderada anterior – a Lei da Responsabilidade Fiscal. Esta lei criou dois fundos soberanos (Parrado et al, 2012): o Fundo de Reserva de Pensões (FRP), encarregue de ajudar ao financiamento das várias pensões outorgadas pelo estado, e o Fundo de Estabilização Económica e Social (FEES). Este último fundo substituiu o FEC, mantendo a sua função estabilizadora do cobre, permitindo financiar despesas extraordinárias em períodos de crise (Solimano, 2018) – uma função que se revelou particularmente importante para financiar a resposta à crise de 2008. Apesar do legado de leis que condicionavam gastos, Bachelet conseguiu reduzir o excedente exigido pela regra fiscal de 1% para apenas 0,5% em 2007, não tendo, contudo, alterado substancialmente a sua política de gastos (Solimano, 2009).

Mais que duplicando o preço do cobre entre 2005 e 2006 (FRED, 2021), Bachelet obteve fundos necessários à implementação da sua agenda social ambiciosa. Foram levados a cabo programas como o “Estou Contigo”, focado na criação de mais proteções sociais, melhorias na qualidade de vida e combate às desigualdades, e uma ampla reforma da segurança social, ambas ainda em 2008 (Pressacco & Salvat, 2012). No âmbito desta última reforma foi criado o Sistema de Pensões Solidárias a fim de auxiliar os idosos que não conseguiram construir uma reforma pelo sistema de capitalização individual, e foi ainda alargado o programa Chile Solidário com maiores proteções para a infância, através da integração do programa Chile Cresce Contigo (BCN, 2021). Estas reformas mostraram-se importantes ao alargarem a estrutura de apoio antes da crise financeira.

Com o abalo sentido pelos mercados globais no fim de 2008, a economia chilena, com a grande abertura ao exterior construída desde a ditadura, mostrava-se especialmente vulnerável. Ainda assim, o enquadramento macroeconómico do país via-se reforçado após anos de poupança e responsabilidade fiscal – elementos essenciais à atuação de

Bachelet. A presidente, ao contrário do praticado até então, optou por levar a cabo uma política contra-cíclica. Bachelet reduziu impostos às PME e nos combustíveis, aumentou o investimento em infraestruturas e habitação, aumentou o capital da CODELCO e forneceu subsídios às famílias carenciadas (Ffrench-Davis, 2016). Paralelamente, o Banco Central desceu os juros drasticamente, passando de um máximo de 8,25% em 2008 para 0,5% em 2009 (BCC, 2021), aliviando o acesso ao crédito.

Em 2009 o programa de estímulos somava 4 mil milhões de dólares, representando 2,8% do PIB (Weeks & Borzutzky, 2012) e sendo financiado sobretudo pelas poupanças acumuladas e pelo FEES. Isto reflete-se no facto de que apesar de em 2009 as receitas fiscais terem caído em 23% os gastos pudessem ter aumentado 18%, incorrendo um défice de apenas 4,5% e atenuando os efeitos da crise (Ffrench-Davis, 2010). De isto resultou que em 2009 se verificasse uma recessão de apenas 1,5% e em 2010 um crescimento de 5,8%. Apesar do infortúnio de presidir durante uma crise, a presidência de Bachelet terminou num tom mais positivo, sendo no início de 2010 finalizado o processo de adesão à OCDE, fazendo do Chile o primeiro país da região a alcançar tal patamar (CIDOB, 2018).

A presidência Bachelet marcou o fim das vitórias da *Concertación*, regressando a direita ao poder pela primeira vez desde Pinochet com a eleição de Sebastián Piñera em 2010 – um empresário conservador liberal com um programa marcado pela promoção do empreendedorismo e de um maior envolvimento global (BCN, 2021). Porém, os seus planos foram adiados por um grande terremoto e consequente maremoto em 2010 que provocaram mais de 500 mortos, a destruição de múltiplas infraestruturas e habitações, e perdas económicas de 30 mil milhões de dólares (CIDOB, 2018).

No rescaldo do terramoto Piñera anuncia um plano ambicioso de reconstrução incluindo o programa Chile Unido Reconstrói Melhor, subsidiando a compra de materiais de construção, adquirindo 40 mil habitações pré-fabricadas e anunciando a construção de quase mais 200 mil, e ainda uma injeção na economia de mais de 12 mil milhões de dólares, distribuídos entre habitação, educação, saúde e infraestruturas (Ibid). A posição macroeconómica sólida do Chile veio novamente a mostrar-se essencial ao permitir uma resposta rápida, com impacto económico eficaz e sem desequilibrar as contas públicas. A reconstrução foi um sucesso, estando praticamente finalizada no final do mandato de

Piñera, contribuindo ao mesmo tempo para a dinamização da economia e para a melhoria das condições habitacionais da população afetada (LYD, 2014).

Não obstante o compromisso com a disciplina fiscal, foram implementadas importantes reformas sociais durante o mandato de Piñera. No âmbito da educação foi aumentado o financiamento, as subvenções escolares e as vagas em creches e jardins de infância, foram criadas 60 novas escolas secundárias, triplicados os programas de bolsas para o ensino superior, baixados os juros das dívidas estudantis e melhoradas as infraestruturas (BCN, 2021; LYD, 2014). Foram ainda criadas bolsas de formação de professores e aumentados prémios de excelência. Estas medidas permitiram que o Chile se tornasse num dos países da OCDE que mais investe na educação em termos relativos e que o país se destacasse no aumento das classificações dos alunos (LYD, 2014).

Na saúde foi ampliada a cobertura de doenças do AUGE, reduzidas as filas de espera, inaugurados 27 hospitais (BCN, 2021) e, com maior importância, foi eliminada a taxa de 7% paga pelos pensionistas solidários na prestação de serviços de saúde, e baixada para 5% a paga pelos restantes pensionistas (CIDOB, 2018).

Por fim, no que diz respeito à proteção social e combate à pobreza, Piñera aumentou a licença de maternidade para 6 meses, criou o “Ingreso Ético Familiar”, estruturado em distintos subsídios específicos, e ainda o “Bono Solidário de Alimentos”, direcionado à alimentação das famílias mais carenciadas (Ibid).

Apesar da pressão externa proveniente da procura por bens chilenos, do aumento do consumo, do emprego e da atividade na construção civil (MSGG, 2017), a inflação manteve-se controlada. O Banco Central subiu a taxa de juros a partir de 2010, mantendo-se em redor dos 5% durante a grande parte do mandato de Piñera (BCC, 2021), permitindo que a inflação anual mantivesse uma média de 2,9% entre 2010 e 2013 (BCC, 2021), quando as taxas foram reduzidas de novo.

Durante o mandato de Piñera, o preço do cobre manteve-se em valores elevados, semelhantes aos anteriores à crise de 2008 (FRED, 2021), pelo que a economia chilena beneficiou dos preços elevados das *Commodities* a par da conjuntura de recuperação global. Neste contexto, Piñera procurou dinamizar a economia atribuindo subsídios à habitação para a classe média, criando o serviço nacional do consumidor financeiro, dando apoios ao empreendedorismo e melhorado o ambiente de negócios, sobretudo para as PME (MSGG, 2017). Neste último âmbito destaca-se a implementação da lei “A Tua

Empresa Num Dia”, em 2013, que criou um portal online que simplifica e agiliza significativamente o processo de criação de uma empresa. Esta medida melhorou a eficiência e transparência da burocracia estatal, permitindo que entre 2013 e 2014 mais que duplicasse o número de empresas registadas no país (MEFT, 2017).

Por fim, no plano internacional o mandato de Piñera destacou-se pelo aprofundamento da abertura comercial do país. Neste sentido, foram celebrados novos tratados de comércio livre com países do sudoeste asiático, como a Malásia e o Vietname, entre outros, e aprofundados os tratados com a China e a UE. O Chile encabeçou ainda em 2012 a criação da Aliança do Pacífico, uma organização internacional de integração económica e comércio livre que reúne Chile, Peru, Colômbia e México.

Contudo, desde os máximos de 2011 que o preço do cobre veio a descer, o que fez com que a balança corrente chilena passasse de um superavit de 4,2 mil milhões de dólares em 2009 para um défice de 10 mil milhões em 2012, levando alguns autores a duvidar da sustentabilidade de um crescimento económico fortemente apoiado no preço desta *Commodity* (CIDOB, 2018). Ainda assim, os resultados económicos do governo Piñera foram muito positivos, conseguindo uma média de crescimento anual de 5,3% (World Bank, 2021). Adicionalmente, foi atingido o pleno emprego no final do mandato, tendo sido criados quase 1 milhão de postos de trabalho, destacando-se o facto de tal ocorrer em paralelo a um aumento de 14% nos salários reais, à diminuição da precariedade e a um aumento da formalidade (LYD, 2014). Apesar destes resultados, o desgaste eleitoral de Piñera resultou no retorno de Bachelet em 2014.

Findando o *Boom* das *Commodities*, Bachelet teve como desafio contrariar as expectativas de desaceleramento económico, prometendo a sua agenda um mandato focado na responsabilidade fiscal, criação de empregos, combate às desigualdades e mudanças na educação. É de destacar que neste último âmbito Bachelet levou a cabo reformas significativas, tentando tornar o ensino superior e técnico progressivamente gratuitos e eliminando os copagamentos na educação subsidiada (BCN, 2021) – medidas estas que mudaram substancialmente o sistema.

A mudança mais importante no segundo mandato de Bachelet deu-se, contudo, na tributação. A presidente implementou uma grande reforma tributária que procurava aumentar significativamente a receita fiscal (aumento de 3% em relação ao PIB), financiar programas sociais, a reforma educativa e diminuir desigualdades. A reforma aumentou

os impostos às empresas e reduziu os impostos sob rendimentos individuais, tornando ao mesmo tempo a taxa individual mais progressiva. Adicionalmente, diminuiu isenções e deduções de modo a combater a evasão fiscal, ainda que tal medida acabasse por prejudicar as decisões de reinvestimento, sobretudo entre as PME (Kinghorn, 2016).

Apesar desta medida mostrar um compromisso com a responsabilidade fiscal, esta também pretendia repor as poupanças nos fundos nacionais, visto que devido à crise de 2008 e ao terremoto de 2010, até 2015, já tinham sido retirados cerca de 1/3 dos valores acumulados (Urrutia, 2017). Porém, as más perspetivas económicas junto com quedas na procura interna, investimento e consumo levaram a que o segundo mandato de Bachelet não conseguisse enfrentar a desaceleração económica. Isto refletiu-se em resultados fracos, verificando-se uma média de crescimento económico anual de apenas 1,9% entre 2014 e 2016 (World Bank, 2021).

Se é verdade que a abertura económica do país o permitiu beneficiar bastante dos preços elevados do cobre, também é verdade que deixou o país mais vulnerável a variáveis exógenas como em 2008 ou a partir de 2014. Contudo, considerando tal contexto, é relevante sublinhar a importância das políticas económicas que mitigaram tais efeitos, nomeadamente os fundos soberanos e a disciplina fiscal. Na presidência Lagos foi levada a cabo uma importante modernização estatal, assim como o desenho de políticas sociais direcionadas e da disciplina fiscal. Por sua vez, Bachelet destacou-se pela sua ação decisiva face à crise de 2008, mostrando-se fulcral para a recuperação rápida, claramente evidenciada nos resultados positivos de Piñera, mesmo com o impacto do terremoto de 2010. Por fim, perante o fim do *Boom* no preço do cobre, o segundo mandato de Bachelet mostrou resultados fracos, sem sinais de recuperação económica. Em todo o caso, as respostas contra-cíclicas permitidas pelas políticas de poupança evidenciam a dependência chilena na subida de preços das *Commodities*, em particular do cobre, na produção de fortes resultados económicos.

## **5 – ANÁLISE DE DADOS EMPÍRICOS**

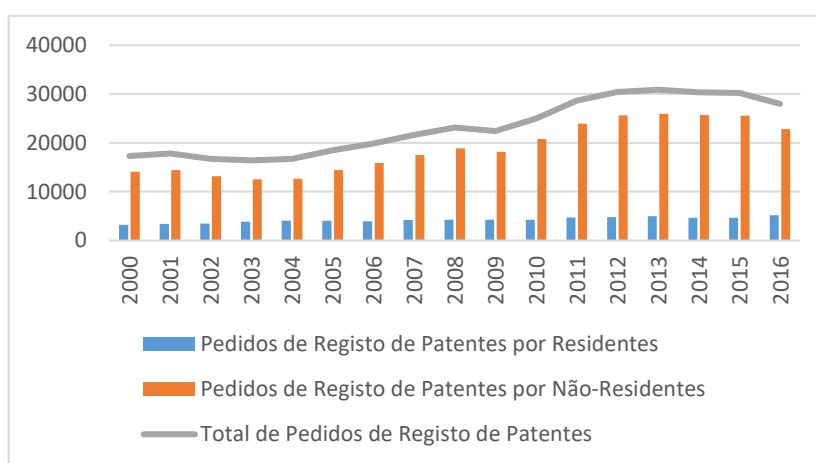
A fim de averiguar eventuais melhorias de condições económicas no Brasil e no Chile proporcionadas pelo *Boom* das *Commodities*, é importante analisar os três elementos identificados como potenciadores do crescimento económico sustentado de



longo prazo pela teoria do crescimento endógeno: a inovação, o capital humano e a diversificação produtiva. Para cada um destes serão analisados, respetivamente, os seguintes indicadores: pedidos de registo de patentes, resultados harmonizados de testes e taxa bruta de matrículas no ensino superior, e o peso dos principais bens exportados no total.

## 5.1 – Inovação

Gráfico 2: Brasil – Pedidos de registo de patentes (2000-2016).



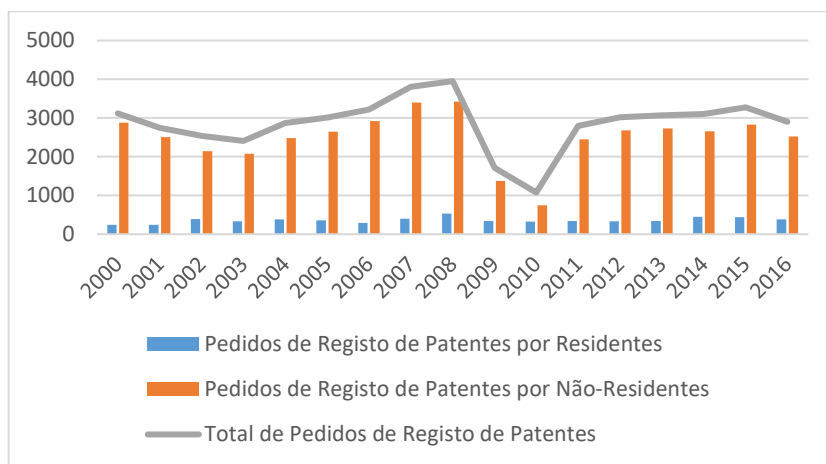
Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Mundial (2021).

No Brasil é possível notar inicialmente uma relativa estagnação nos pedidos de registo recebidos entre 2000 e 2004. Este período foi marcado pelo restabelecimento da estabilidade económica com o Plano Real e o Tripé Macroeconómico, e ainda pelo terremoto político de Lula em 2003 – fatores com efeitos evidentemente contraditórios. A partir de 2004 já é possível observar o início de uma subida significativa na inovação, gozando o país do início do *Boom* em paralelo às reformas de Palocci de 2003 que estimularam a atividade empresarial e deram incentivos a projetos de inovação entre universidades e o setor privado.

Por outro lado, a crise de 2008 parou o aumento, descendo os pedidos em 2009. Porém, a resposta robusta de Lula face à crise, garantindo financiamento às empresas através de incentivos fiscais, o resgate da banca e a descida das taxas de juro conseguiu produzir uma retoma económica forte nos anos seguintes. Isto refletiu-se claramente no grande aumento de pedidos de 2009 a 2013, coincidindo com a retoma económica e o

auge do *Boom*. Por fim, entre 2013 e 2016 começa a verificar-se uma ligeira queda no número de pedidos. Esta mudança na tendência é marcada pelo fim do *Boom* e pela crise económica e política no segundo mandato de Dilma. Em todo o caso, é de notar que o grande aumento no total de pedidos feitos se deveu principalmente a não-residentes.

Gráfico 3: Chile – Pedidos de registo de patentes (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Mundial (2021).

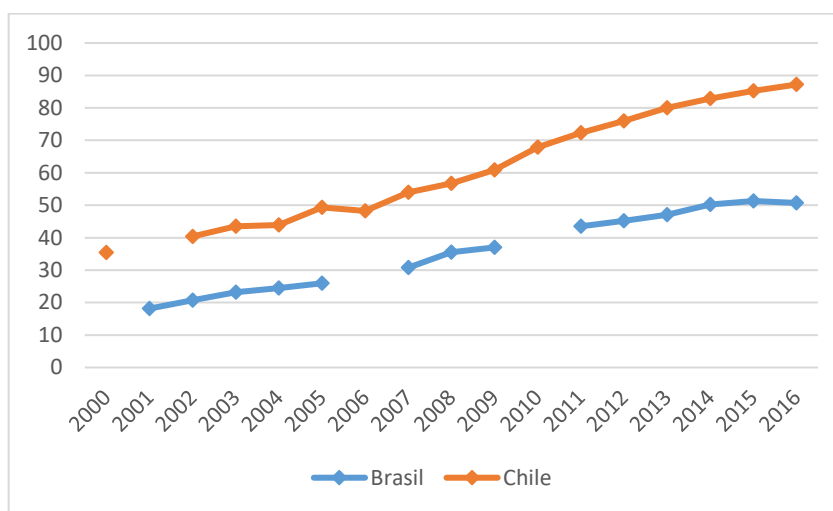
Ainda que o Chile exiba valores totais de pedidos bastante inferiores ao Brasil, é possível identificar tendências semelhantes, embora mais acentuadas. Esta maior volatilidade poderá ser explicada pela maior abertura da economia chilena, fruto do legado económico de Pinochet conservado pela *Concertación*. Apesar do decréscimo entre 2000 e 2003, durante a recuperação da crise asiática de 1999, a partir de 2003, já durante o *Boom*, o país verifica um grande aumento até 2008. Durante este período é de notar uma maior exposição das empresas chilenas à competição internacional fruto de novos tratados comerciais e ainda o efeito de políticas de Lagos como a modernização do estado, incentivos à inovação e a regra fiscal.

A quebra de pedidos durante a crise de 2008 mostra-se consideravelmente superior à verificada no Brasil, prolongando-se até 2010 – algo surpreendente considerando a resposta contra-cíclica de Bachelet, que aliviou as condições fiscais e financeiras das empresas. A partir de 2011, na presidência Piñera, os pedidos recuperam, aumentando ligeiramente até 2015. Durante este período verificou-se não só o aumento do preço das *Commodities* como uma maior abertura comercial e o facilitamento da

criação de negócios. Por fim, 2016 regista uma nova descida, após o fim do *Boom*, podendo estar relacionada com a reforma tributária de Bachelet que pirou as condições de reinvestimento empresarial. Mais uma vez, é de notar que a grande maioria dos pedidos no período foram feitos por não-residentes, apresentando estes uma maior volatilidade.

## 5.2 – Capital Humano

Gráfico 4: Taxa bruta de matrícula na educação superior (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria, com dados do FMI & UNESCO (2021).

Verificando ambos os países níveis elevados de matriculação tanto na educação primária como secundária antes do período, uma análise da melhoria na abrangência do ensino deverá passar pelos grandes aumentos na educação superior.

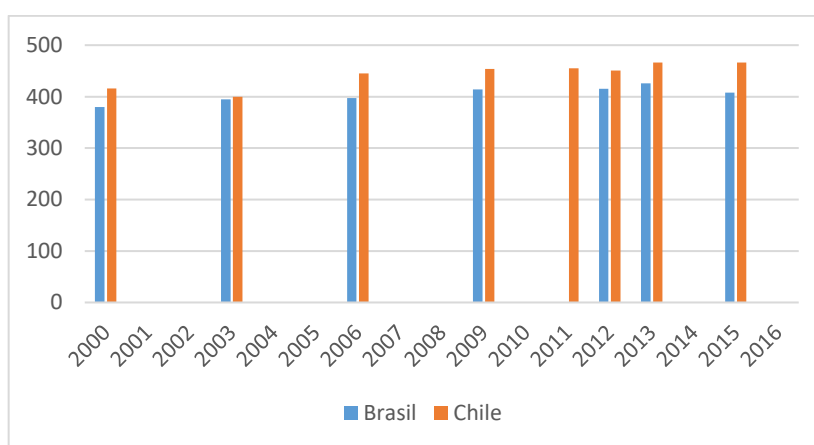
De facto, durante o *Boom* o Brasil mostrou resultados inferiores ao Chile. O aumento no Brasil foi mais acentuado no período pré-crise, verificando-se ainda uma estagnação a partir do fim do *Boom*, em 2014. É de notar que o primeiro período foi marcado pelo alargamento do acesso à educação e pelos investimentos em infraestruturas de educação durante a presidência Lula. Assim, verificou-se um aumento total de 29,5% entre 2002 e 2014 neste país.

No Chile, ainda que a primeira metade do período verificasse quebras em 2004 e 2006, o aumento no período foi relativamente contínuo, com uma grande consistência e velocidade a partir de 2006. Neste âmbito destaca-se o aumento de financiamento do ensino superior e alargamento da escolaridade obrigatória ao ensino médio – um requisito

à frequência do ensino superior – na presidência Lagos. Adicionalmente, Bachelet empenhou-se na progressiva gratuidade do ensino superior e Piñera aumentou programas de bolsas. As políticas chilenas revelaram-se mais eficazes, conseguindo um aumento total de 42,4% no mesmo período – bastante superior ao brasileiro.

Não obstante as disparidades nos avanços, há que sublinhar que a percentagem de alunos matriculados em idade de frequentar o ensino superior mais que duplicou em ambos os países – avanços muito significativos.

Gráfico 5: Brasil e Chile – Resultados harmonizados de testes (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Mundial (2018).

Nota: O valor 300 representa o nível de aproveitamento mínimo e o valor 625 o nível de aproveitamento avançado.

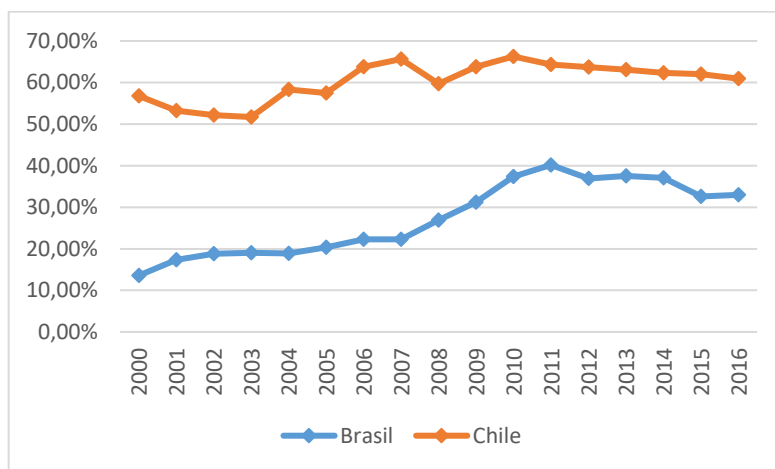
Por outro lado, também se verificaram melhorias na qualidade do ensino em ambos os países. No Brasil, contudo, verifica-se um aumento total menor, com uma diferença de apenas mais 28 pontos entre a primeira medição em 2000 e a última em 2015, ainda que com quebras em 2006 e 2015 – esta última num período de crise política e económica. O Brasil fez progressos na educação, sobretudo através do programa Bolsa Família introduzido por Lula em 2003, vinculando apoios sociais à escolaridade e vacinação, contribuindo para a melhoria do capital humano e redução da pobreza.

Mesmo começando o período com resultados superiores aos brasileiros, o Chile produziu uma maior melhoria, com uma diferença de 50 pontos entre a primeira e última medições. Durante este período o Chile beneficiou do esforço de vários governos na melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional, destacando-se o programa

Chile Solidário. Adicionalmente, de 2010 a 2014, Piñera aumentou a formação profissional, construiu escolas e reforçou apoios. Note-se ainda que ambos os países exibem uma estagnação dos resultados no período a seguir à crise (2009-2012).

### 5.3 – Diversificação Produtiva

Gráfico 6: Peso dos cinco principais bens exportados pelo Brasil e pelo Chile em relação ao total das respetivas exportações de bens (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat & UN Comtrade (2021).

Nota: Para consultar os bens em causa, ver a Tabela 1.

Apesar dos bons indícios de uma melhoria dos fatores potenciadores do crescimento económico sustentado de longo prazo, o mesmo não pode ser apontado na evolução do peso dos principais bens exportados pelos países – todos eles, em ambos os países, *Commodities*.

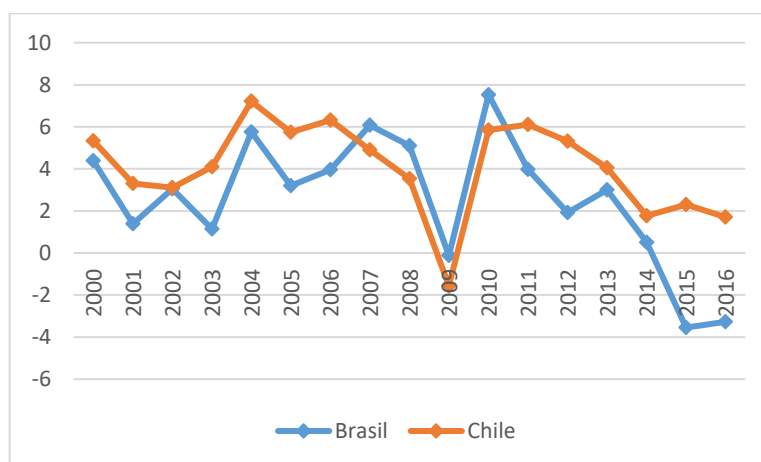
O Brasil começa com um valor bastante baixo em 2000 (13,58%), aumentando ligeiramente até 2007. Neste ano nota-se um grande aumento, atingindo um máximo de 40,17% em 2011 – uma grande dependência. Posteriormente verifica-se uma ligeira redução até ao fim do *Boom*, estagnando os valores em redor de 33% nos dois últimos anos do período. Durante o *Boom*, as *Commodities* ganharam um importante papel na economia brasileira apesar do país ter um grande setor de serviços e de em vários momentos outros setores, nomeadamente o da construção, terem vindo a ser estimulados

sob a alçada do BNDES. Note-se ainda que o grande aumento a partir de 2007 coincide com a descoberta de novas reservas de petróleo.

No caso do Chile, a dependência do setor das *Commodities* é evidente desde muito antes do período em análise, tendo neste sentido a ditadura de Pinochet, em 1987, introduzido o FEC enquanto mecanismo de mitigação dos efeitos das flutuações do preço do cobre. Ainda que entre 2000 e 2003 tenha havido uma ligeira redução de 56,8% para 51,7%, o *Boom* dos preços provocou um grande aumento, chegando a um impressionante máximo de 66,2% em 2010. No resto do período verificou-se, porém, uma ligeira redução, representando estes bens 60,9% do total de exportações de bens em 2016. Neste período houve alguma diversificação, aumentando outras exportações, como o vinho e a fruta, mas sem efeitos significativos no total. É contudo de louvar os instrumentos de mitigação da volatilidade dos preços como o FEES, e a prudência fiscal do país.

#### 5.4 – Balanço Final: Crescimento Económico

Gráfico 7: Brasil e Chile – Taxa de crescimento económico anual (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Mundial (2021).

Após a análise da evolução dos indicadores anteriores, importa averiguar que efeitos as mudanças verificadas no período tiveram no crescimento económico de ambos os países. A partir do gráfico 7 é evidente a grande volatilidade de ambas as taxas de crescimento económico, acompanhando a tendência de preços do gráfico 1. Verifica-se ainda uma grande queda em 2009, fruto da crise, e os piores resultados após o fim do *Boom*, especialmente no Brasil, com dois anos de recessão. É também de notar que nos

períodos de maior prosperidade (2004-2007 e 2010-2014), o Chile conseguiu quase sempre apresentar taxas de crescimento superiores às do Brasil.

Em paralelo ao elevado crescimento económico durante o *Boom* foi possível ainda verificar melhorias em consequência deste, espelhadas em indicadores socioeconómicos. No caso da taxa de pobreza, verificaram-se grandes reduções em ambos os países. A partir do anexo 1 torna-se evidente uma diminuição contínua e acentuada no Chile, passando a taxa de pobreza de 30,4% em 2000 para 5,1% em 2015, e também no Brasil, passando de 41,1% em 2001 para 17,6% em 2014, mostrando contudo um aumento para 20% em 2016.

A partir do anexo 2 torna-se também possível verificar o impacto destas melhorias na esperança média de vida à nascença. Entre 2000 e 2016 o Brasil revelou o maior aumento de anos na esperança média de vida, com uma diferença de 5,12 entre a primeira e a última medição. Neste período, políticas como o Bolsa Família em 2003, que fomentou a vacinação e cuidados de saúde, e o Minha Casa Minha Vida em 2009, aprofundado em 2013, que melhorou as condições de saúde e salubridade dos mais carenciados, mostram-se alinhados com a tendência verificada. Paralelamente, também o Chile verificou um aumento no mesmo período, vivendo os chilenos em média mais 3,41 anos no fim deste. Neste país destacam-se a implementação do programa AUGE em 2006 por Lagos, aumentando as participações públicas nos cuidados de saúde, as reformas sociais de Bachelet em 2008, e o aprofundamento do AUGE no mandato de Piñera.

Tendo sido este um período de grande prosperidade e desenvolvimento económico, esperar-se-ia, como na generalidade dos países, que se verificasse uma queda do setor primário na economia e um aumento na produção de bens de maior valor agregado (Radetzki, 2011). Contudo, visto que o crescimento verificado foi liderado precisamente por esse setor, tal dinâmica acaba por não se verificar. Adicionalmente, as atividades do setor primário mostram pouco potencial de produção de *spillovers* tecnológicos dado a sua pequena conexão com outras atividades das economias (Carneiro, 2012), tornando o peso deste setor preocupante para as perspetivas de um crescimento sustentado.

## 6 – CONCLUSÕES

A presente dissertação procurou, em primeiro lugar, sintetizar distintos contributos da escola do crescimento endógeno para o estudo do fenómeno do crescimento económico. As formulações de vários autores permitiram evidenciar a importância de determinados fatores para a construção de um crescimento económico de longo prazo sustentado, todos eles com origem em atributos internos das economias. Entre estes foi possível selecionar a inovação, pelo potencial de aumento da produtividade trazido pelo novo conhecimento, o capital humano, por características similares junto do fator trabalho, e a diversificação produtiva, pela maximização do potencial de experiência acumulada pelo uso de tecnologia.

O *Boom das Commodities* entre 2002 e 2014 beneficiou os produtores destes bens ao originar um período de grande prosperidade económica. O Brasil e o Chile iniciam tal período em contextos distintos. Enquanto o Brasil entra no século XXI finalizando um processo de estabilização macroeconómica, o Chile possui um enquadramento mais favorável e dinâmico. No Brasil, o governo FHC destacou-se pelo controlo da inflação, os governos Lula pela expansão de apoios sociais como o Bolsa Família e pela resposta eficaz face à crise de 2008, os governos Dilma pelo fracasso da reativação do crescimento e o governo Temer pelos esforços de contenção da recessão. Paralelamente, no Chile, o governo Lagos destacou-se pela disciplina fiscal, pelo Chile Solidário e pela reforma dos fundos soberanos, o primeiro governo Bachelet pela reforma da segurança social e resposta à crise, o governo Piñera pela dinamização empresarial e o segundo governo Bachelet pela reforma tributária pós-*Boom*.

Por sua vez, estas políticas resultaram, após o período, em melhorias significativas em dois domínios salientados pela teoria do crescimento endógeno, embora com algumas diferenças entre os países. No domínio da inovação, o Brasil revelou um aumento maior e mais consistente que o Chile, ainda que ambos potenciados sobretudo por registos de patentes de não-residentes. No capital humano, o Chile mostrou um melhor desempenho que o Brasil, conseguindo produzir maiores melhorias tanto na cobertura do ensino superior como na qualidade do ensino. Por outro lado, na diversificação produtiva a evolução não foi favorável em nenhum dos países. No fim do período a dependência de ambos na exportação de *Commodities* tornou-se maior do que no início, verificando o



Brasil um aumento maior em termos relativos, mas mostrando o Chile uma dependência bastante mais significativa.

Observando o crescimento económico no período torna-se evidente o acompanhar do mesmo com a evolução dos preços das *Commodities*, confirmando novamente a dependência destes países neste setor. Acresce que nos anos imediatamente anteriores e seguintes ao *Boom* (2000-2002 e 2014-2016) Brasil e Chile exibiram resultados claramente inferiores, comprovando a dependência. Ainda assim, no âmbito socioeconómico o *Boom* produziu efeitos muito significativos. A pobreza diminuiu consideravelmente em ambos os países, verificando porém o Chile resultados melhores, e a esperança média de vida à nascença exibiu grandes melhorias, sobretudo no Brasil.

De facto, parece ser possível concluir que ambos os países aproveitaram os recursos proporcionados pelo *Boom* de forma útil à melhoria de indicadores socioeconómicos e produtivos, mostrando o Chile resultados globais melhores que o Brasil. Porém, tais melhorias não se evidenciam na sustentabilidade e visão de longo prazo do crescimento económico na ótica da teoria do crescimento endógeno. Não obstante as importantes melhorias na inovação e capital humano, estas parecem ser ofuscadas pela permanência e até intensificação da dependência na exportação de *Commodities*. Acresce a preocupação considerando as perdas do potencial de ganhos de produtividade decorrentes da inovação e o agravamento do risco apresentado pelas flutuações de preços – um fator determinante do crescimento económico nestes países.

Consequentemente, é pertinente questionar a adequação da teoria do crescimento endógeno para a análise do crescimento económico em países dependentes da exportação de *Commodities* – o efeito negativo da não-diversificação produtiva parece sobrepor-se às melhorias da inovação e capital humano. Adicionalmente, o crescimento de ambos os países parece estar fortemente apoiado em pelo menos dois fatores exógenos – a flutuação dos preços internacionais das *Commodities* e as perceções dos mercados face às situações políticas internas. Neste último âmbito sublinha-se a transição FHC-Lula e a crise política brasileira de 2014-2016, em contraste com a estabilidade e qualidade institucional chilena. Importa ainda sublinhar o papel de destaque dos fundos soberanos chilenos na mitigação dos efeitos da volatilidade.

Um melhor entendimento dos resultados verificados no período poderia ser alcançado por uma análise mais aprofundada da importância das condições prévias

verificadas em país. Adicionalmente, a teoria do crescimento endógeno evidencia deficiências no seu poder explicativo quando aplicada aos casos analisados. Deste modo, futuros trabalhos poderão enveredar por uma análise do *Boom* sob a lente de outro enquadramento teórico que considere variáveis exógenas a fim de prever os efeitos da dependência produtiva assim como pela medição da influência de políticas anteriores no aproveitamento de oportunidades como a estudada.

Em suma, parece ser possível concluir que o Brasil e o Chile não aproveitaram a oportunidade do *Boom* das *Commodities* para melhorar as perspectivas de longo prazo e sustentabilidade do respetivo crescimento económico, agravando-se fatores contribuintes para a volatilidade do mesmo, não obstante as melhorias verificadas nas variáveis identificadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aghion, P. & Howitt, P. (1998). *Endogenous Growth Theory*. Massachusetts Institute of Technology. The MIT Press. Pp. 11-17, 23-29, 53-57, 152;
- Aninat, C.; Benavente, J.; Briones, I.; Eyzaguirre, N.; Navia, P. & Olivari, J. (2010). *The Political Economy of Productivity: The Case of Chile*. Inter-American Development Bank. IDB Working Paper Series. N° IDB-WP-105. Abril 2010;
- Balestra, C.; Llana-Nozal, A.; Murin, F.; Toso, E.; Arnaud, B. (2018). *Inequalities in Emerging Economies: Informing the Policy Dialogue on Inclusive Growth*. OECD. Statistics Working Papers 2018/13;
- Banco Central do Brasil. (2021). *Taxas de Juros Básicas – Histórico*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros> Acedido a 30/07/2021;
- Banco Central de Chile. *Daily Indicators – Headline CPI (Percent Changes)*. Banco Central de Chile. Disponível em: <https://si3.bcentral.cl/Indicadoresiete/secure/IndicadoresDiarios.aspx?Idioma=en-US> Acedido a 28/08/2021;
- Banco Central de Chile. (2021). *Interbank Interest Rates (TIB)*. Disponível em: <https://www.bcentral.cl/en/interest-rates-excel> Acedido a 16/08/2021;
- Bassuener, K. (2013). *The Fall and Rise of Chilean Democracy: 1973-1989*. McGill-Queen's University Press;
- Batista, P. (2009). *A Política Externa de Collor: Modernização ou Retrocesso?*. Pp-193-226. In: Batista Jr., P. (2009). *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília;
- BCN. (2021). *Reseña Biográfica Michelle Bachelet*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas\\_biograficas/wiki/Michelle\\_Bachelet\\_Jeria](https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Michelle_Bachelet_Jeria) Acedido a 24/05/2021;
- BCN. (2021). *Reseña Biográfica Ricardo Lagos Escobar*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas\\_biograficas/wiki/Ricardo\\_Lagos\\_Escobar](https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Ricardo_Lagos_Escobar) Acedido a 23/05/2021;

- BCN. (2021). *Reseña Biográfica Sebastián Piñera*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas\\_biograficas/wiki/Sebasti%C3%A1n\\_Pi%C3%B1era\\_Echenique](https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Sebasti%C3%A1n_Pi%C3%B1era_Echenique) Acedido a 26/08/2021;
- Birdsall, N. (2001). *Why Inequality Matters: Some Economic Issues*. Carnegie Council on Ethics and International Affairs. Ethics and International Affairs, Volume 15, Number 2,;
- Büchi, H. (2006). *How Chile Successfully Transformed its Economy*. The Heritage Foundation. Backgrounder, No. 1958, September 18, 2006;
- Cagan, P. (1956). *The Monetary Dynamics of Hyperinflation*. In: Friedman, Milton. (1956). *Studies in the Quantity Theory of Money*. University of Chicago Press. Chicago. Pp. 25;
- Carneiro, R. (2012). *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina*. CEPAL. Serie Macroeconomía del Desarrollo, Volume 117. Santiago, Enero de 2012;
- Carneiro, R. (2018) *Navegando a Contravento: Uma Reflexão sobre o Experimento Desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff*. In: Carneiro, R; Baltar, P. & Sarti, F. (2018). *Para Além da Política Económica*. Unicamp. Instituto de Economia. Editora Unesp Digital.
- CIDOB. (2018). *Michelle Bachelet Jeria*. Ed. Zárata, Roberto Ortiz. Barcelona Centre for International Affairs;
- CIDOB. (2018). *Sebastián Piñera Echenique*. Ed. Zárata, Roberto. Barcelona Center for International Affairs;
- Comexstat. (2021). *Exportação e Importação Geral*. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Governo do Brasil. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> Acedido a 20/09/2021;
- Comtrade. (2021). *UN Comtrade Database*. United Nations. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data/> Acedido a 20/09/2021;
- Curado, M. (2011). *Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula*. Economia & Tecnologia. Ano 07, Volume Especial, 2011;
- De Carvalho, F. (2017). *Brazil Still in Troubled Waters*. Public Policy Brief No. 143, 2017. Levy Economics Institute of Bard College;

- Fagnani, E. (2011). *A Política Social do Governo Lula (2003-2010): Perspetiva Histórica*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Nº 192, Junho 2011;
- Ffrench-Davis, R. (2010). *Economic Reforms in Chile: From Dictatorship to Democracy*. Palgrave Macmillan. Second Edition. 2010. Pp. 31-34, 92-94, 243-271;
- Ffrench-Davis, R. (2016). *Progresos y retrocesos del desarrollo económico de Chile en los gobiernos de la Concertación: 1990-2009*. El Trimestre Económico. Vol. LXXXIII, No. 329, Enero-Marzo, 2016, Pp. 5-34;
- Filgueiras, L. & Pinto, E. (2018). *Governo Lula: Contradições e Impasses da Política Económica*. Núcleo de Estudos Conjunturais. Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal da Bahia;
- Filho, F. & De Paula, L. (2015). *A Critical Analysis of the Macroeconomic Policies in Brazil from Lula da Silva to Dilma Rousseff (2003-2014)*. Brazilian Keynesian Review, 1 (2), pp. 218-227, 2<sup>nd</sup> Semester/2015;
- Fligenspan, F. (2005). *Dois anos de Governo Lula: da crise às amarras do crescimento*. Fundação de Economia e Estatística. Indicadores Económicos. Porto Alegre. Volume 33, Nº 1, Junho 2005. Pp 135-156;
- FRED. (2021). *Global Price of Copper*. Federal Reserve Economic Data. Saint Louis Federal Reserve. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/PCOPPUSDM> Acedido a 22/08/2021;
- Higachi, H. (1998). *Teorias do Crescimento Endógeno: Evolucionistas-Schumpeterianos e Neoclássicos-Schumpeterianos*. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998. Pp. 46-56, 59-66, 73-78;
- Hofstrand, D. (2019). *Commodities Versus Differentiated Goods*. Iowa State University. Extension and Outreach. AG Decision Maker;
- IBGE. *IPCA – Série Histórica com número-índice, variação mensal e variações acumuladas em 3 meses, em 6 meses, no ano e em 12 meses (a partir de dezembro/1979)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- IMF. (2021). *Primary Commodity Price System*. International Monetary Fund Data. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=471DDDF8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9> Acedido a 20/09/2021;

- Jardim, M. & Silva, M. (2015). *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Neodesenvolvimentismo?* Editora UNESP. Cultura Acadêmica. São Paulo. Pp. 68-71;
- Jones, C. (2019). *Paul Romer: Ideas, Nonrivalry and Endogenous Growth*. The Scandinavian Journal of Economics. Volume 121, Issue 3. Pp. 859-883;
- Kinghorn, C. (2016). *FUTBol – The 2014 Chilean Tax Reform and the Elimination of Chile's FUT*. Loyola University Chicago International Law Review. Volume 13. Issue 2;
- Larraín, F. & Meller, P. (1991). *The Socialist-Populist Chilean Experience, 1970-1973*. Pp. 175-221. In: Dornbusch, Rudiger & Edwards, Sebastian. *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. University of Chicago Press. January, 1991;
- Leal, R; Da Silva, A.; Neto, C. (2007). *Financiamento externo das empresas com ações negociadas em bolsa em tempos de crise*. CEPAL. Textos para discussão CEPAL. Pp 22-24;
- LYD. (2014). *Balance del Gobierno de Sebastián Piñera*. Libertad y Desarrollo. Temas Públicos, N° 1149, 14 de Marzo de 2014;
- Maia, G. (2003). *Reestruturação Bancária no Brasil: O Caso do Proer*. Banco Central do Brasil. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil. Brasília;
- MEFT. (2017). *Tu Empresa En Un Día*. Ministerio de Economía, Fomento y Turismo. Subsecretaría de Economía y Empresas de Menor Tamaño. Gobierno de Chile;
- MSGG. (2017). *Los 4 años de gobierno del presidente Sebastián Piñera*. Ministerio Secretaría General de Gobierno. CADEM;
- OECD. (2007). *Glossary of Statistical Terms*. Organisation for Economic Cooperation and Development. Pp. 609;
- Oliveira, G. & Turolla, F. (2003). *Política Econômica do Segundo Governo FHC: Mudança em Condições Adversas*. Tempo Social. 2003, Volume 15, N°2, Pp 195-217. ISSN 1809-4554;
- Oreiro, J. (2015). *Do Tripé Macroeconómico ao Fracasso da Nova Matriz: A evolução do regime de política macroeconómica no Brasil (1999-2014)*. Revista Politika, N°2, Julho 2015. Pp. 16-33;

- Mayer, J. (1996). *Implications of New Trade and Endogenous Growth Theories for Diversification Policies of Commodity-Dependent Countries*. UNCTAD. UNCTAD Review. Discussion Papers. Volume 122. December, 1996;
- Nassif, A. (2017). *An analysis of Brazil's economic situation: 2014-2017, the short-term outlook and policy alternatives*. Brazilian Keynesian Review, 3(1), pp. 95-108, 1<sup>st</sup> Semester/2017;
- Palma, J. & Urzúa, R. (2005). *Anti-Poverty Policies and Citizenry: The Chile Solidario Experience*. Unesco. Management of Social Transformations. Policy Papers. Issue 12, 2005;
- Parker, J. (2012). *Theories of Endogenous Growth*. In: Parker, Jeffrey. (2012). *Economics 314 Coursebook*. Reed College. Chapter 5;
- Parrado, E.; Rodríguez, J. & Velasco, A. (2012). *Responsabilidad Fiscal en Chile: Propuestas para Seguir Avanzando*. Centro de Estudios Públicos. N° 127, 2012;
- Pressacco, C. & Salvat, P. (2012). *Consideraciones Críticas sobre Política Pública y Social de los Gobiernos Concertación: Chile, 1990-2010. ¿Del crecimiento con equidad al crecimiento basado en la competencia y el subsidiarismo generalizado?* Papel Político, Vol. 17, No. 1, Pp. 85-118, Enero-Junio 2012, Bogotá, Colômbia;
- Radetzki, M. (2011). *Primary Commodities: Historical Perspectives and Prospects*. IMF. Chapter 3, Pp. 35-52. In: Arezki, Rabah; Gylfason, Thorvaldur & Sy, Amadou. (2011). *Beyond the Curse: Policies to Harness the Power of Natural Resources*. International Monetary Fund.
- Reid, M. (2014). *Brasil – A Esperança e a Deceção*. Editorial Presença. 1<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Junho, 2016. Pp. 163-169, 176-180, 187-192, 197-203, 209-217, 222-229, 233-240, 421-435;
- Robles, M., Rubio, M. & Stampini, M. (2019). *Have cash transfers succeeded in reaching the poor in Latin America and the Caribbean?*. Development Policy Review, N° 37. Pp. 85-139;
- Rocha, S. (2011). *O Programa Bolsa Família: Evolução e Efeitos sobre a Pobreza*. Economia e Sociedade. Volume 20, N°1 (41). Campinas. Abril 2011. Pp. 113-139;
- Romer, P. (1986). *Increasing Returns and Long-Run Growth*. Chicago Journals. Journal of Political Economy. Volume 94, Issue 5, October 1986. Pp. 1002-1037;

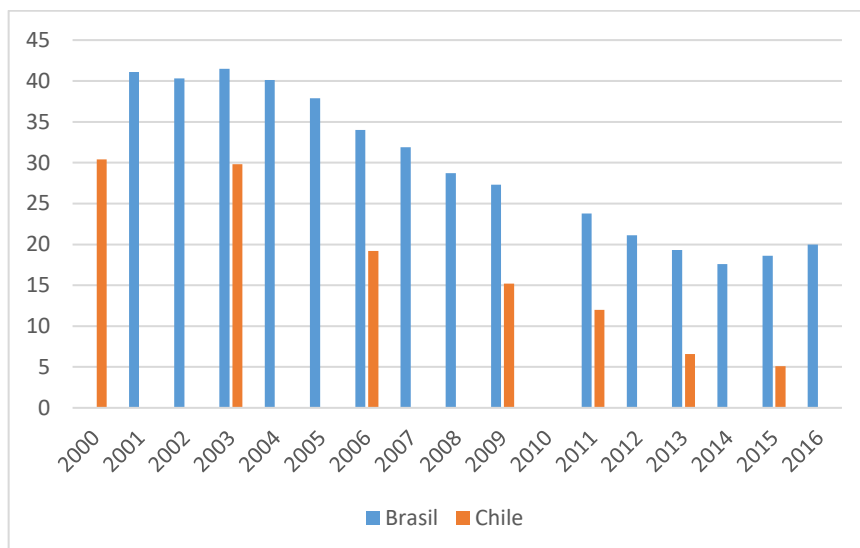
- Saravia, D. & Caputo, R. (2019). *The Case of Chile*. Macro Finance Research Program. Becker Friedman Institute. Working Paper, January 2019;
- Schmidt-Hebbel, K. (2006). *Chile's Economic Growth*. Central Bank of Chile. Cuadernos de Economía. Volumen 43, Mayo, Pp. 5-48, 2006;
- Solimano, A. (2009). *Three Decades of Neoliberal Economics in Chile: Achievements, Failures and Dilemmas*. UNU-WIDER. Research Paper No. 2009/37. June 2009;
- Solimano, A. & Guajardo, D. (2018). *The Copper Sector, Fiscal Rules, and Stabilization Funds in Chile*. In: Addison, Tony & Roe, Allan. (2018). *Extractive Industries: The Management of Resources as a Driver of Sustainable Development*. Oxford Scholarship Online. Pp. 201-219;
- UNESCO. (2021). *UNESCO Institute for Statistics*. UNESCO UIS. Disponible em: <http://uis.unesco.org/en/home> Acedido a 27/09/2021;
- Urrutia, E. (2017). *Economía Política y Política Económica del Gobierno de Bachelet*. Fundación Chile 21. Barómetro de Política y Equidad. Pp. 65-83;
- Vieira, F. & Veríssimo, M. (2009). “*Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*”. *Economia e Sociedade*. Volume 18, Nº 3 (37), 513-546;
- Waissbluth, M. (2006). *La Reforma del Estado en Chile 1990-2005: De la Confrontación al Consenso*. Universidad de Chile. Boletín Electrónico de la ESADE, Barcelona, Março 2006. Pp 21-29, 42-46;
- Weeks, G. & Borzutzky, S. (2012). *Michelle Bachelet's Government: The Paradoxes of a Chilean President*. *Journal of Politics in Latin America*, 3/2012, Pp 97-121;
- World Bank. (2018). *The Human Capital Project: Brazil*. Data. Disponible em: <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital> Acedido a 23/09/2021;
- World Bank. (2018). *The Human Capital Project: Chile*. Data. Disponible em: <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital> Acedido a 23/09/2021;
- World Bank. (2021). *World Development Indicators: Brazil*. Data. Disponible em: <https://data.worldbank.org/country/brazil> Acedido a 05/07/2021;
- World Bank. (2021). *World Development Indicators: Chile*. Data. Disponible em: <https://data.worldbank.org/country/chile> Acedido a 05/07/2021;
- Young, A. (1993). *Invention and Bounded Learning by Doing*. *Journal of Political Economy*. Volume 101, Nº 3, June, 1993. Pp. 443-472;



## ANEXOS

### Anexo 1:

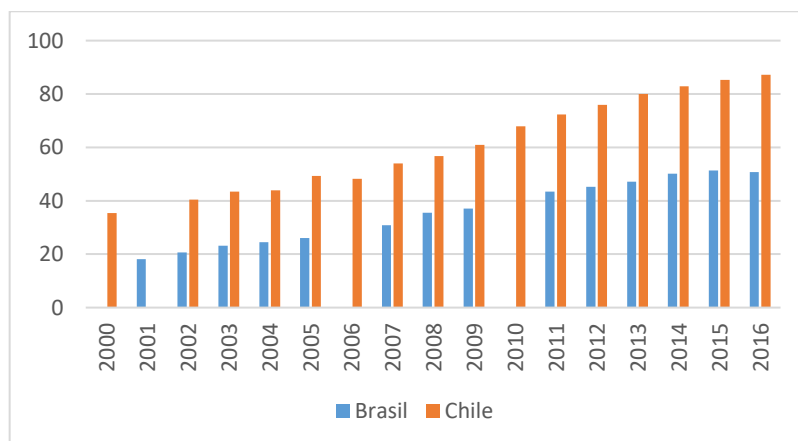
Gráfico 8: Brasil e Chile – Taxa de Pobreza (<5,5\$/Dia, 2000-2016).



Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Mundial (2021).

### Anexo 2:

Gráfico 9: Brasil e Chile – Esperança média de vida à nascença (2000-2016).



Fonte 1: Elaboração própria, com dados do Banco Mundial (2021).